

SIMULADO

POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE
Aluno Oficial PM



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 06)

Os heróis

A república da Bruzundanga, como toda pátria que se preza, tem também os seus heróis e as suas heroínas. Não era possível deixar de ser assim, tanto mais que a pátria sempre foi feita para os heróis, e estes, sinceros ou não, cobrem e desculpam o que ela tem de sindicato declarado.

Um país como a Bruzundanga precisa ter os seus heróis e as suas heroínas para justificar aos olhos do seu povo a existência fácil e opulenta das facções que a têm dirigido.

O mais curioso herói da pátria bruzundanguense é sem dúvida uma senhora que nada fez por ela, antes perturbou a vida, auxiliando um aventureiro estrangeiro que se meteu nas suas guerras civis.

Para bem compreenderem o meu pensamento, é preciso que antes lhes recorde por alto alguns pontos da história política da Bruzundanga. Vou fazê-lo.

A atual República consta de territórios descobertos pelos iberos e povoados por eles e por outros povos das mais variadas origens.

Os colonizadores fundaram várias feitorias; e, quando fizeram a independência da Bruzundanga, essas feitorias ficaram sendo províncias do Império que foi criado.

Feita a República, elas ficaram mais ou menos como eram, com mais independência e outras regalias. Portanto, é claro que a evolução política da Bruzundanga tinha por expressão a unidade dessas províncias, e era mesmo o seu fim. Qualquer pessoa que tenha tentado, ou venha tentar, o desmembramento dessas províncias não pode ser tido como herói nacional.

Pois bem: um senhor estrangeiro, cheio de qualidades, talvez, meteu-se de parceria com uns rebeldes, para separar uma dessas províncias do bloco bruzundanguense. Isto ao tempo do Império. Em caminho, em umas das suas correrias, encontrou-se com uma moça da Bruzundanga que se apaixonou por ele. Seguiu-o nas suas aventuras e combates contra a união bruzundanguense. [...]

Barreto, Lima

01. Destacam-se duas ocorrências do vocábulo “antes” em “antes perturbou-lhe” (4º§) e “é preciso que antes lhes recorde” (5º§). Considerando o

contexto em que se encontram, é correto afirmar que exprimem, respectivamente:

- A contrariedade e tempo.
- B tempo e relevância.
- C conclusão e contrariedade.
- D tempo e conclusão.
- E relevância e contrariedade.

02. Na oração “Feita a República” (8º§), tem-se uma ideia de ação concluída. Linguisticamente, essa percepção semântica deve-se à presença:

- A do verbo conjugado no pretérito perfeito.
- B de um verbo no infinitivo impessoal.
- C de uma forma verbal no participípio.
- D de uma construção verbal imperativa.
- E do valor incerto típico do modo subjuntivo.

03. Ao afirmar “Vou fazê-lo.”, no quinto parágrafo, o narrador emprega o pronome átono na posição enclítica. Tal pronome cumpre o papel de relacionar as partes do texto da seguinte forma:

- A explicitando uma interação com o leitor.
- B recuperando uma ideia já apresentada.
- C detalhando um dado pouco apreendido.
- D antecipando uma informação ainda não dita.
- E apontando um referente de forma pouco precisa.

04. Ao descrever os “pontos da história política da Bruzundanga”, nos três últimos parágrafos, o narrador sugere ao leitor que:

- A havia uma forte herança histórica na construção do presente referido.
- B não há adaptação, no referido presente, de elementos passados.
- C a ideia de unidade das províncias deve ser vista como algo positivo.
- D não há qualquer distinção entre a estrutura do Império e a da República.
- E as feitorias são construções históricas do pós independência do país.

05. Considerando o contexto em que a oração “quando fizeram a independência da Bruzundanga” (7º§) encontra-se, é correto afirmar que o sujeito do verbo em destaque:

- A não pode ser determinado.
- B encontra-se implícito.
- C não existe sintaticamente.
- D possui mais de um núcleo.
- E é uma construção passiva.

06. Além da forma simples, os verbos também podem ser encontrados em seus tempos compostos. Desse modo, em “Qualquer pessoa que tenha tentado” (8º§), tem-se a forma composta do:

- A Pretérito Imperfeito do Indicativo.
- B Futuro do Pretérito do Indicativo.
- C Pretérito Mais-que-perfeito do Subjuntivo.
- D Pretérito Perfeito do Subjuntivo.
- E Futuro do Presente do Indicativo.

07. O Sueco mudará para uma nova residência no próximo mês. Ele elaborou uma lista com algumas pendências a serem solucionadas antes de sua mudança. Leia atentamente as alternativas abaixo e assinale, dentre as palavras em destaque, a única que apresenta uma palavra contendo desvio ortográfico.

- A Reivindicar a alteração do endereço residencial junto ao banco.
- B Solicitar a compania elétrica o religamento da energia
- C Pintar a fachada.
- D Retirar o enxame de abelhas da varanda.
- E Verificar o funcionamento de registro de água.

Texto II (Questão 08)

Carnaval de trazer por casa

Quinze dias antes já os olhos se colavam aos pés, com medo de uma queda que acabasse com o Carnaval. Subíamos e descíamos as escadas, como quem pisa algodão. [...] Nós éramos todas meninas. Tínhamos a idade que julgávamos ser eterna. Sonhávamos com os cinco dias mais prometidos do ano. A folia começava sexta-feira e só terminava terça quando as estrelas iam muito altas. Havia o cheiro das bombinhas que tinham um odor aproximado ao dos ovos podres e que se misturava com o pó do baile que se colava aos lábios. Que se ressentiam vermelhos de dor. Havia o cantor esganiçado em palco a tentar a afinação, que quase nunca conseguia: [...] Depois os bombos saíam à rua, noite fora, dia adentro. [...] E na noite que transformava o frio do inverno no calor do Carnaval, eu tinha a certeza de que aquele som dos bombos fazia parte do meu código genético. E que o Carnaval ia estar sempre presente nas ruas estreitas da minha aldeia, assim, igual a si próprio, com os carros de bois a chiar pelas ruas, homens vestidos de mulheres com pernas cheias de pelos, mulheres vestidas de bebês, o meu pai vestido de François Mitterrand e eu com a certeza de que o mundo estava todo certo naqueles cinco dias, na minha aldeia.

O outro, o que via nas televisões, não era meu.

Freitas, Eduarda

08. No início do texto, ao dizer que “já os olhos se colavam aos pés”, emprega-se uma linguagem simbólica para reforçar o sentido pretendido. Isso ocorre por meio da seguinte figura de estilo:

- A ironia
- B metáfora
- C metonímia
- D antítese
- E comparação

09. Dentre as palavras abaixo, assinale a que apresenta, INDEVIDAMENTE, o acento gráfico.

- A herói.
- B céu.
- C dói.
- D véu.
- E jibóia.

10. De acordo com as regras da gramática normativa da Língua Portuguesa, sobre concordância verbal e nominal, assinale a alternativa correta.

- A Haviam dois anos que eu não reencontrava minha filha.
- B Os dois meninos errou na escolha da brincadeira.
- C Tem muitas mentiras sendo ditas pela falta de informação das pessoas.
- D O sucesso têm relação com parar de escutar a opinião de todos.
- E Eu já não escuto rádio há muito tempo.

Raciocínio Lógico

11. Uma senha de banco é formada por 5 símbolos diferentes, sendo que os três primeiros são números de 0 a 9 e os dois últimos são vogais. Se Carlos lembra somente que o primeiro número é o 4, então o total de tentativas possíveis que ele pode digitar para encontrar a senha correta é:

- A 720
- B 1800
- C 1440
- D 180
- E 5760

12. Um grupo de 5 pessoas do mesmo setor empresarial decidem almoçar fora do prédio comercial, ao chegar no restaurante sentam-se em volta de uma mesa circular. Assinale a alternativa

que apresenta a quantidade de modos distintos que esse grupo pode se sentar à mesa.

- A 15 modos
- B 12 modos
- C 24 modos
- D 32 modos
- E 40 modos

13. Uma empresa de cosméticos decidiu sortear uma viagem de férias com acompanhante para um de seus funcionários por turno. Os funcionários de cada período foram enumerados, o turno A recebeu os números de 1 a 72. Assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de aleatoriamente um funcionário com um número primo ser sorteado.

- A $7/62$
- B $5/18$
- C $3/10$
- D $2/5$
- E $1/2$

14. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna. Se num recipiente há exatamente 6 bolas azuis numeradas de 1 a 6, e 10 bolas vermelhas numeradas de 1 a 10, todas de mesmo formato e densidade, então a probabilidade de sortearmos uma bola desse recipiente que seja vermelha ou de número ímpar é, aproximadamente _____:

- A 92%
- B 74%
- C 31%
- D 81%
- E 90%

15. Num prédio residencial com 142 moradores, sabe-se que 58 frequentam a academia e 23 frequentam tanto a academia quanto a piscina. Se 24 moradores não frequentam nem a piscina e nem a academia, então o total de moradores que frequentam a piscina é:

- A 60
- B 83
- C 37
- D 78
- E 54

16. Abaixo são apresentados três argumentos lógicos:

I. Todos os alunos de lógica foram vacinados. André foi vacinado. Logo, André é aluno de lógica.

II. Algum aluno de lógica foi vacinado. André é aluno de lógica. Portanto, André foi vacinado.

III. Todos os alunos de lógica foram vacinados. André é aluno de lógica. Consequentemente, André foi vacinado.

Em relação aos argumentos apresentados, podemos afirmar que:

- A Todos os argumentos são logicamente válidos.
- B Somente o argumento I é válido.
- C Somente o argumento II é válido.
- D Somente o argumento III é válido.
- E Nenhum dos argumentos é válido.

17. João vai sair de casa e é interpelado por sua mãe: - João, você vai aonde? - Não tenho certeza, mãe. Vou encontrar amigos para ir ao futebol ou ao cinema no shopping. - João, se você for ao cinema, compre chocolate para mim. - Sim, mãe. Quatro horas mais tarde, João, que sempre atende às solicitações de sua mãe, retorna e vem com chocolates. É correto concluir que

- A João foi ao cinema.
- B João não foi ao cinema.
- C João foi ao cinema e João comprou o chocolate.
- D João comprou o chocolate no shopping.
- E João foi ao cinema ou João comprou o chocolate.

18. Se não é verdade que, se o carro é um Fiesta, então sua cor não é azul, é correto afirmar que

- A o carro é um Fiesta e sua cor é azul.
- B ou o carro não é um Fiesta ou sua cor não é azul, nunca ambos.
- C se o carro é azul, então ele não é um Fiesta
- D ou o carro é um Fiesta ou o carro é azul, nunca ambos.
- E o carro não é um Fiesta e sua cor não é azul.

19. Considere que todo técnico sabe digitar. Alguns desses técnicos sabem atender ao público externo e outros desses técnicos não sabem atender ao público externo. A partir dessas afirmações é correto concluir que

- A os técnicos que sabem atender ao público externo não sabem digitar.
- B os técnicos que não sabem atender ao público externo não sabem digitar.
- C qualquer pessoa que sabe digitar também sabe atender ao público externo.
- D os técnicos que não sabem atender ao público externo sabem digitar.
- E os técnicos que sabem digitar não atendem ao público externo.

20. Supondo que são verdadeiras as seguintes afirmações:

I. Existem advogados que são professores de literatura.

II. Todo professor de literatura gosta de ler.

É possível deduzir, logicamente que:

A Todo advogado gosta de literatura.

B Existe advogado que gosta de ler.

C Todos que gostam de ler são professores de literatura.

D Todos que são professores de literatura são advogados.

E Nenhum advogado gosta de ler.

Direito Administrativo

21. No que tange à atividade administrativa, são aplicáveis tanto à administração pública quanto ao administrado os padrões firmados pelo princípio

A da publicidade.

B da legalidade.

C da boa-fé.

D da segurança jurídica.

E do interesse público.

22. Na administração pública federal, a administração direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da

A Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

B Presidência da República e dos ministérios, apenas.

C Presidência da República, dos ministérios e das autarquias, apenas.

D Presidência da República, dos ministérios, das autarquias e das fundações públicas, apenas.

E Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas, apenas.

23. É/são dever(es) do servidor público:

A ser leal às instituições a que servir e atender ao seu interesse próprio.

B observar as normas legais e regulamentares, exceto quando não forem justas.

C cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

D atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, inclusive as protegidas por sigilo.

E representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder nos casos em que achar necessário.

24. Meirelles (2018) define que o exame do ato administrativo revela nitidamente a existência de determinados requisitos necessários à sua formação. Segundo o referido autor, para prática do ato administrativo, a _____ é a condição primeira de sua validade. Nenhum ato – discricionário ou vinculado – pode ser realizado validamente sem que o agente disponha de poder legal para praticá-lo. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

A finalidade

B competência

C formalidade

D eficácia

E motivação

25. São poderes da administração pública, exceto:

A Poder vinculado.

B Poder hierárquico.

C Poder disciplinar.

D Poder discricionário.

E Poder jurisdicional.

26. Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão,

A os serviços de transporte rodoviário municipal, interestadual e internacional de passageiros.

B os serviços de telecomunicações, nos termos da lei que disporá sobre a organização dos serviços, entre outros aspectos.

C a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas.

D a comercialização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas e industriais, excetuada a utilização.

E os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

27. Quanto ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A O Judiciário poderá examinar os atos discricionários da Administração Pública, mas sempre sob o aspecto da legalidade.

B Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), os atos administrativos dos servidores da administração pública indireta não são passíveis de controle jurisdicional.

C Com base em critérios de conveniência e oportunidade, o Poder Judiciário pode anular atos

administrativos praticados por autoridades do Poder Executivo.

D A coisa julgada administrativa impede a revisão judicial do ato administrativo e da decisão proferida em sede administrativa.

E Os atos discricionários da Administração Pública não se sujeitam, em nenhuma hipótese, à apreciação judicial.

28. Conforme a Lei n.º 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito,

A negar publicidade aos atos oficiais.

B frustrar a licitude de concurso público.

C retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

D utilizar, em serviço particular, o trabalho de servidores públicos.

E deixar de prestar contas quando for obrigado a fazê-lo.

29. Segundo a Lei n.º 12.527/2011, autenticidade é a qualidade da informação

A não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.

B que tenha sido produzida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

C que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

D coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

E temporariamente de acesso público restrito, por ser imprescindível para a segurança da sociedade.

30. Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a pessoa natural ou jurídica a quem compete decisões referentes ao tratamento de dados pessoais é denominada

A titular.

B autoridade.

C controlador.

D operador.

E encarregado.

Direito Constitucional

31. A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta:

A de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.

B de um terço no mínimo, dos membros do Senado Federal.

C do Presidente da República.

D de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

E todas as respostas estão corretas.

32. Com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a:

A Defesa da paz.

B Igualdade entre os Estados.

C Concessão de asilo político.

D Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

E Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

33. Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

A A expressão da atividade intelectual, artística e científica depende de autorização.

B A imagem das pessoas não está resguardada pela cláusula de inviolabilidade.

C A reunião pacífica, em locais abertos ao público, depende de autorização.

D Os autores de inventos industriais têm privilégio vitalício para sua utilização.

E Os autores têm direito exclusivo de utilização de suas obras, transmissível aos herdeiros.

34. É um dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais:

A relação de emprego protegida contra despedida arbitrária com ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.

B participação nos lucros, ou resultados, vinculada à última remuneração do trabalhador.

C assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

D jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

E licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

35. De acordo com a Constituição Federal, são considerados brasileiros naturalizados:

A Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu País.

B Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

C Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

D Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de Países de língua portuguesa apenas residência por quinze anos ininterruptos.

E Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

36. O Poder Legislativo da União é exercido pelo Congresso Nacional, o qual é composto:

- A Pela Câmara dos Deputados, apenas.
- B Pelo Senado Federal, apenas.
- C Pelos Ministros de Estado.
- D Pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
- E Pelos integrantes do Conselho da República.

37. Dentre outras atribuições, compete privativamente ao Presidente da República

- A suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- B aprovar previamente, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- C aprovar a transferência temporária das sedes dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- D dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da administração direta e indireta à União.
- E celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

38. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedado aos juízes:

- A exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, ainda que de magistério.
- B receber, salvo em circunstâncias excepcionais, custas ou participação em processo.
- C dedicar-se à atividade político-partidária.
- D receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, vedada a possibilidade de a lei ressaltar exceções.

E exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

39. De acordo com a Constituição Federal, à(s) _____, vinculada(s) ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertence(m), cabe a segurança dos estabelecimentos penais. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A polícias penais
- B polícia federal
- C polícias civis
- D polícias militares
- E polícia rodoviária

40. “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” é máxima ensinada pelo seguinte documento sobre Direitos Humanos:

- A Carta do Rei João Sem Terra (1215).
- B Declaração de direitos do homem e do cidadão (1789).
- C Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
- D Declaração dos Direitos da Criança (1959).
- E Princípios Orientadores de Riad (1990).

Direito Penal

41. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta acerca do tempo e lugar do crime:

- A Considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou omissão, bem como quando se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- B Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, ainda que outro seja o local do resultado.
- C Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- D Considera-se praticado o crime no lugar da ação ou, em caso de omissão, apenas no local do resultado.
- E Para fins penais, o tempo e o lugar do crime são idênticos.

42. Infração penal significa:

- A Quando um caso não previsto em lei é regulado por um preceito legal, que rege um semelhante.
- B Ofensa real ou potencial a um bem jurídico, levando-se em consideração os elementos subjetivos do tipo, a ilicitude e a culpabilidade.

C Todos os valores ético-sociais que estejam a exigir uma proteção especial, no âmbito do direito penal, por se revelarem insuficientes à proteção dos outros ramos do direito.

D Quando o princípio para o caso omitido se deduz do espírito e do sistema do ordenamento jurídico, considerado em seu conjunto.

E Que o delito é sinônimo de contravenção penal no Brasil.

43. De acordo com o que dispõe o Código Penal brasileiro, o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui:

A A responsabilidade do agente, pois o desconhecimento da lei é escusável.

B A culpa, mas permite a punição por crime doloso, se previsto em lei.

C O dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

D A culpabilidade do agente.

E A punibilidade do agente.

44. Constituem elementos da culpabilidade:

A inimputabilidade, potencial consciência da lei e inexigibilidade de uma conduta diversa;

B maioridade, potencial consciência da lei e inexigibilidade de uma conduta diversa;

C imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de uma conduta diversa;

D maioridade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de uma conduta diversa;

E imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e inexigibilidade de uma conduta diversa.

45. Sobre o concurso de pessoas, assinale a alternativa INCORRETA.

A É possível que a participação seja considerada de menor importância, mas isso não permite modificar a pena aplicável ao agente responsável por ela.

B As circunstâncias ligadas ao sujeito não se estendem aos demais autores, salvo quando forem elementos constitutivos do crime.

C Se um dos agentes quis cometer um crime menos grave que o praticado pelos demais, ficará sujeito à pena do crime menos grave.

D Todos que concorrem para a ocorrência do crime ficam sujeitos às penas a este cominadas, cada um na medida de sua culpabilidade.

E O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

46. A conduta de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, descreve o crime de:

A Extorsão.

B Estelionato.

C Furto.

D Receptação.

E Apropriação indébita.

47. Constitui delito de abuso de autoridade cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar:

A fora do período de luminosidade solar;

B após as 18h ou antes das 6h;

C após as 20h ou antes das 8h;

D após as 21h ou antes das 5h;

E fora do horário de expediente forense.

48. Nos termos da Lei nº 8.072/1990, são considerados hediondos, todos tipificados no Código Penal, os seguintes crimes:

A Homicídio (Art. 121).

B Extorsão qualificada pela morte (Art. 158, § 2º).

C Atentado violento ao pudor (Art. 214).

D Epidemia com resultado morte (Art. 267, § 1º).

E Roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (Art. 157, § 4º-A).

49. Acerca da autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, assinale a alternativa CORRETA.

A A competência para realização do ato é da Polícia Militar.

B Sua concessão independe de autorização do Sistema Nacional de Armas.

C Poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada.

D Perderá sua eficácia, caso seu portador seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas, e seja reincidente.

E Sua concessão depende de autorização do Secretário Estadual de Segurança Pública.

50. A publicação da Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, ampliou a proteção da mulher em situação de violência doméstica ou familiar, destacadamente nas situações de desigualdade em relação ao homem. Assinale a resposta correta quanto à situação anterior à Lei e à atual.

A Anterior à lei, era necessário a vítima representar contra o autor dos fatos; o Ministério Público só podia atuar se a mulher ofendida “concordasse”.

B Anterior à lei, não era necessário a vítima representar contra o autor dos fatos; o Ministério Público podia atuar se a mulher ofendida “não concordasse”.

C Atualmente, com a “retirada da queixa”, o agressor recebe uma advertência e paga cesta básica para alguma instituição.

D A nova Lei não trata sobre a vontade da vítima ou do autor da agressão, impedindo a Polícia e o Ministério Público de agir.

E Na situação atual, nos casos de agressões físicas, as ações da Polícia e do Ministério Público dependem da vontade do autor da agressão.

Direito Processual Penal

51. O princípio do Direito Processual Penal que impede a criação de tribunais de exceção refere-se ao princípio

- A do contraditório.
- B da verdade real.
- C da oficiosidade.
- D do juiz natural.
- E da indisponibilidade.

52. De acordo com o Código de Processo Penal, a lei processual penal aplicar-se-á

- A sempre que uma norma prevista na Parte Geral do Código Penal for desrespeitada.
- B apenas quando houver sentença condenatória transitada em julgado.
- C imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- D de forma subsidiária, portanto se a lei material (lei de direito penal) falhar.
- E retroativamente quando, de qualquer modo, favorecer o agente, aplicando-se inclusive aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

53. Acerca do Inquérito Policial, é correto afirmar que:

- A O ofendido não poderá requerer diligências no inquérito.
- B A autoridade policial mandará arquivar os autos do inquérito assim que concluído.
- C Depois de arquivado o inquérito, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, mesmo se de outras provas tiver notícia.

D O inquérito pode ser iniciado mesmo sem a representação do ofendido, nos casos de ação penal pública condicionada à representação.

E Concluído o inquérito, o Ministério Público só poderá devolvê-lo à autoridade policial em caso de novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

54. O inquérito policial não pode ser instaurado

- A de ofício, quando se tratar de ação penal pública incondicionada.
- B de ofício, quando se tratar de ação penal pública condicionada.
- C por requisição da autoridade competente.
- D pela lavratura do auto de prisão em flagrante.
- E por provocação do ofendido, nas ações penais privadas.

55. Considere as testemunhas no processo penal. Via de regra não se deferirá o compromisso de dizer, sob palavra de honra, apenas a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, ao(s) (às):

- A Primo do acusado
- B Doentes e deficientes mentais.
- C Pessoas com 16 (dezesesseis) anos de idade.
- D Pessoas com 60 (sessenta) anos de idade.
- E Pessoas com 75 (setenta e cinco) anos de idade.

56. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados, via de regra, por:

- A Um perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- B Dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- C Três peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior
- D Dois peritos oficiais, portadores de diploma de nível médio.
- E Uma pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior na área da saúde.

57. Na hipótese de o acusado que foi citado pessoalmente na ação penal não comparecer em juízo, sem apresentar justificativa,

- A o processo seguirá sem a presença dele.
- B ele será citado por edital, pelo prazo de 15 dias.
- C o processo ficará suspenso por prazo indeterminado.
- D será determinada a produção antecipada das provas.
- E o prazo prescricional será interrompido.

58. Na audiência do processo comum ordinário, o último ato da instrução criminal é

- A a acareação.

- B a inquirição das testemunhas da acusação.
- C a inquirição das testemunhas da defesa.
- D a tomada de declarações do ofendido.
- E o interrogatório do réu.

59. A respeito da Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que:

- A são infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes cuja pena mínima não exceda a 1 (um) ano.
- B a transação penal, nas ações penais públicas condicionadas à representação, oferecida pelo Ministério Público ao autor da infração e por ele aceita, não será homologada pelo Juiz se não contar com a anuência da vítima.
- C a suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89 da Lei, aplica-se aos crimes cuja pena mínima não exceda a 2 (dois) anos.
- D não cabe prisão em flagrante nos crimes de menor potencial ofensivo.
- E na eventual reunião de processos, perante o juízo comum, decorrentes da aplicação de regra de conexão e continência, às infrações de menor potencial ofensivo aplicar-se-ão os institutos da transação penal e composição dos danos civis.

60. Sobre a ação penal, é correto afirmar que

- A a representação será irretroatável, depois de recebida a denúncia.
- B no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Juiz.
- C não se admite, em nenhuma hipótese, ação penal privada nos crimes de ação penal pública.
- D seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será privada.
- E o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Direito Penal Militar e Processual Penal Militar

61. De acordo com as disposições do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações), acerca da conduta omissiva que resulta na imputação do crime, analise as afirmativas.

- I - A omissão é relevante como causa quando o omitente devia e podia agir para produzir o resultado.
- II - O dever de agir incumbe a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

- III - O dever de agir incumbe a quem assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.
- IV - O dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento, ignorar a superveniência do resultado.

Estão corretas as afirmativas

- A I e IV, apenas.
- B I, II e III, apenas.
- C I, III e IV, apenas.
- D II e IV, apenas.
- E II e III, apenas.

62. Quanto ao crime no CPM, assinale a alternativa CORRETA.

- A O agente que, involuntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- B Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, devendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.
- C O erro dos elementos constitutivos do tipo exclui o dolo, ao passo que o erro sobre uma causa de justificação exclui a culpabilidade.
- D O Código Castrense não prevê a figura do arrependimento posterior.
- E O crime é tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma em razão da vontade do agente.

63. Tendo em vista as disposições gerais do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações), no que se refere a concurso de agentes, é correto afirmar:

- A A pena é agravada com relação ao agente que executa o crime sob coação de outrem.
- B A pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.
- C A pena é atenuada em relação ao agente não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.
- D A pena é atenuada com relação ao agente que participa do crime, mediante paga ou promessa de recompensa.
- E A pena é atenuada com relação ao agente que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade.

64. De acordo com o art. 9º do Código Penal Militar, são crimes militares em tempo de paz todos os previstos na(o)

A legislação comum, quando praticados por militares da reserva contra civis, fora de área sob administração militar

B legislação comum, quando praticados por militares reformados contra civis.

C legislação comum, quando praticados por civis contra militares da reserva ou reformados.

D legislação comum, que não atentem contra as instituições militares, praticados por civil contra militar da ativa, ainda que a circunstância de militar da ativa da vítima seja ignorada pelo agente criminoso.

E Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

65. De acordo com o Código Penal Militar, no Brasil, em tempo de guerra, a pena de morte é executada por:

A afogamento.

B enforcamento

C cadeira elétrica.

D injeção letal.

E fuzilamento.

66. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que a ação penal militar é

A pública e incondicionada, sendo vedada a ação penal pública condicionada e a ação penal privada.

B em regra, pública e incondicionada, admitindo-se, em determinados casos, ação penal pública condicionada e ação penal privada subsidiária da pública.

C pública condicionada e incondicionada, dependendo da exigência no tipo penal de representação, sendo vedada a ação penal privada subsidiária da pública.

D em regra, pública condicionada e incondicionada, dependendo da exigência no tipo penal de representação, admitindo-se ação penal privada subsidiária da pública.

E em regra, pública e incondicionada, sendo vedada a ação penal pública condicionada, admitindo-se, em determinados casos, a ação penal privada subsidiária da pública.

67. Sobre as normas que regem o inquérito policial militar, é correto afirmar que

A não havendo dúvida sobre a inocorrência de fato típico, antijurídico e culpável, a instauração de inquérito policial militar é ilegal, podendo ser remediado através de habeas corpus.

B o policial militar de graduação superior atuará como encarregado do inquérito policial militar, sendo tal função indelegável.

C a polícia judiciária militar não pode representar pelo reconhecimento de insanidade mental do indiciado, pois trata-se de atribuição do Ministério Público a ser exercida após o recebimento da denúncia.

D em regra, o sigilo do inquérito policial militar é vedado, tendo em vista o princípio constitucional da transparência.

E o arquivamento do inquérito policial militar é definitivo, obstando a instauração de outro que investiga os mesmos fatos.

68. A inobservância de exigências legais, bem como falhas na tramitação do processo são nulidades, e têm o condão de invalidar o ato processual ou todo o processo. De acordo com o Código Penal Militar, assinale a alternativa correta em relação às nulidades:

A Será declarada a nulidade de ato processual, ainda que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

B As nulidades poderão ser arguidas a qualquer tempo, pois tratam de matéria de ordem pública.

C A nulidade de um ato, uma vez declarada, não envolverá a dos atos subsequentes, se estes forem válidos, por força do princípio da economia processual.

D A incompetência do juízo anula todos os atos processuais, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

E A sentença proferida pelo Conselho de Justiça com juiz irregularmente investido, impedido ou suspeito, não anula o processo, salvo se a maioria se constituir com o seu voto.

69. Segundo o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações), assinale a afirmativa correta acerca dos auxiliares do processo.

A O encargo de perito ou intérprete poderá ser recusado, desde que apresentada justificativa, cabendo ao juiz convocar o substituto.

B Não cabe exceção de suspeição ou impedimento em face de serventuários da Justiça Militar.

C O oficial de justiça, após o cumprimento do mandado, deverá entregá-lo em cartório no prazo de 2 (dois) dias úteis, salvo motivo de força maior.

D Os peritos ou intérpretes serão nomeados de preferência dentre oficiais da ativa, atendida a especialidade.

E Os peritos e intérpretes serão de nomeação do juiz, após prévia oitiva das partes.

70. Considerando as disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM), a respeito da denúncia, assinale a alternativa correta.

A A classificação do crime poderá ser dispensada, se o Ministério Público dispuser de prova documental suficiente para oferecer a denúncia.

B O juiz não receberá a denúncia se já estiver extinta a punibilidade.

C A denúncia conterá rol de testemunhas em número não superior a três, com indicação do nome, da naturalidade e do estado civil destas.

D No caso de ilegitimidade do acusador, a denúncia será rejeitada, situação que obstará o posterior exercício da ação penal, ainda que proposta por acusador legítimo.

E A alegação de óbito do acusado por parte da defesa é suficiente para a declaração de extinção da punibilidade.

Legislação PMRN

71. O sentimento do dever, o pundonor policial-militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensível. Nesse contexto, é preceito da ética policial-militar, que deve ser observado, entre outros:

A zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual, físico e, também, pelos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum.

B simular doença para esquivar-se ao cumprimento de qualquer dever policial-militar.

C praticar a camaradagem e desenvolver permanentemente o sentimento do coração.

D soltar preso ou detido ou dispensar parte de ocorrência sem ordem de autoridade competente.

E abster-se de comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela participar, como sócio ou a qualquer título, mesmo que apenas como acionista ou quotista em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.

72. Segundo a Lei nº 4.630/1976, dentre o Círculo de Praças da Polícia Militar, aí incluídos praças e praças especiais, estão:

I. Soldado PM

II. 3º Sargento PM

III. Aspirante-a-Oficial PM

IV. Capitão PM

Estão corretos apenas os itens:

A I, III e IV.

B II e III.

C II, III e IV

D I, II e III.

E I e II.

73. Os integrantes da Polícia Militar do Estado, em razão da destinação constitucional da Corporação e em decorrência de leis vigentes, constituem uma categoria especial de servidores públicos estaduais e são denominados policiais-militares. De acordo com a Lei nº 4.630/1976, os policiais-militares componentes da reserva remunerada, quando convocados, estão:

A cassados.

B de licença.

C reformados.

D na inatividade.

E na ativa.

74. “O Regulamento Disciplinar dos militares especificará e classificará as transgressões disciplinares e estabelecerá as normas relativas à amplitude e aplicação das penas disciplinares, à classificação do comportamento do policial-militar e à interposição de recursos contra as penas disciplinares. A Lei nº 4.630/1976 dispõe que as penas disciplinares de detenção ou prisão não podem ultrapassar de _____ dias.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

A 30

B 60

C 90

D 45

E 120

75. A Subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do policial militar e decorre exclusivamente da estrutura hierarquizada da Polícia Militar. Desse modo, pode-se dizer que:

A os Sargentos são preparados, ao longo da carreira, para o exercício do Comando da Chefia e da Direção das Organizações Policiais-Militares.

B os Oficiais são preparados, ao longo da carreira, para servirem ao Exército Brasileiro, chegando aos postos de Coronel, Brigadeiro e Almirante, por antiguidade.

C não existe subordinação, hierarquia, nem disciplina na carreira policial-militar.

D os Tenentes de Patrulha são aqueles preparados para servir em missões diplomáticas no exterior, servindo muitas vezes como agentes secretos do governo federal.

E os Cabos e Soldados são, essencialmente, os elementos de execução, e subordinam-se, por exemplo, aos Subtenentes e Sargentos.

76. De acordo com a Lei Complementar nº 090/1991, que dispõe sobre a Organização Básica da PMRN, o tipo de Unidade de Polícia Militar que tem a seu

cargo missões de policiamento ostensivo normal, a pé ou motorizado, são os(as):

- A Companhias (Pelotões ou Grupos) de Polícia de Trânsito-CPTran (Pel PTran ou GPTran)
- B Batalhões (Companhias, Pelotões ou Grupos) de Polícia Militar- BPM (CPM, Pel PM ou Gp PM).
- C Companhias (Pelotões ou Grupos) de Polícia de Rádio Patrulha - CPRp (Pel P Rp ou Gp P Rp)
- D Companhias (Pelotões ou Grupos) de Polícia de Choque - C P Ch (Pel P Ch ou P Ch).
- E Companhias (Pelotões ou Grupos) de Polícia de Guarda - C P Gd (Pel P Gd ou Gp P Gd).

77. Conforme a Lei Complementar nº 515/2014, as promoções são efetuadas pelos critérios de, salvo:

- A antiguidade
- B post mortem
- C bravura
- D merecimento
- E indicação política

78. De acordo com a Lei Complementar nº 463/2012, o adicional de férias, independentemente de solicitação, será pago ao militar, por ocasião de suas férias, um adicional correspondente a(o) _____ do valor do subsídio devido no período das férias. Qual alternativa completa a lacuna anterior?

- A dois terços
- B um terço
- C metade
- D dobro
- E triplo

79. Segundo a Lei Complementar nº 463/2012, o décimo terceiro salário é pago em qual mês?

- A Janeiro
- B Março
- C Junho
- D Dezembro
- E Julho

80. O uniforme de passeio ilustrado na figura abaixo recebe qual nome?



- A 2ª B
- B 2ª C
- C 3ª A
- D 2ª D
- E 2ª A

Legislação Extravagante

81. Sobre o crime de tortura, previsto na Lei 9.455/97, é correto afirmar que:

- A Aceita fiança.
- B Pode ser anistiado.
- C Não pode ser praticado por agente público.
- D A pena é aumentada se cometido contra criança ou adolescente.
- E A pena é diminuída se cometido mediante sequestro.

82. São crimes que admitem a decretação da Prisão Temporária:

- A epidemia com resultado morte e crimes contra o sistema financeiro.
- B tráfico de drogas e posse de drogas para consumo pessoal.
- C homicídio doloso e ameaça.
- D estupro e homicídio culposos.
- E embriaguez ao volante e homicídio culposos.

83. Sobre as interceptações telefônicas, na forma estabelecida pela Lei nº 9.296/1996, com alterações posteriores, assinale a alternativa correta.

- A A captação ambiental feita por um dos interlocutores não possui qualquer validade jurídica caso não tenha sido previamente informada à autoridade policial ou ao Ministério Público.
- B A lei permite, em circunstâncias excepcionais, que o requerimento de interceptação telefônica seja apresentado verbalmente.
- C A inutilização de gravação que não interessa à prova da investigação pode ser realizada de ofício pela autoridade policial.
- D A interceptação telefônica pode ser decretada por qualquer juiz, por se tratar de providência de urgência.
- E A interceptação telefônica depende de requerimento da autoridade policial ou do representante do Ministério Público, não comportando decretação de ofício.

84. Sobre os crimes eleitorais, é correto afirmar que o

- A crime de recusar ou abandonar serviço eleitoral exige a comprovação do prejuízo concreto causado aos serviços eleitorais e dolo de causar este prejuízo.

B crime de violação de sigilo do voto somente pode ser praticado por funcionário da Justiça Eleitoral.

C crime de retardar a publicação de atos da Justiça Eleitoral comporta a figura culposa.

D desatendimento, por particular, de requisição de veículos para transporte de eleitores da zona rural mesmo quando inexistam veículos de aluguel para requisição, constitui infração eleitoral, sem a tipificação criminal.

E crime de impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio configura-se mesmo quando não haja prejuízo ao eleitor impedido de votar.

85. Com fundamento na Lei de Execuções Penais, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça, terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão, e cumprir:

- A 16% (dezesesseis por cento) da pena.
- B 20% (vinte por cento) da pena.
- C 25% (vinte e cinco por cento) da pena.
- D 30% (trinta por cento) da pena.
- E 40% (quarenta por cento) da pena.

86. Na hipótese de prática de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o agente público estará sujeito à aplicação de pena de suspensão dos direitos políticos por até

- A 4 (quatro) anos.
- B 6 (seis) anos.
- C 8 (oito) anos.
- D 12 (doze) anos.
- E 14 (quatorze) anos.

87. Quanto aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, previstos na Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que a criança e o adolescente têm direito a, EXCETO:

- A liberdade.
- B proteção à vida.
- C proteção à saúde.
- D prisão especial do Código de Processo Penal.
- E dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento.

88. Sobre os crimes previstos no Estatuto do Idoso, assinale a alternativa incorreta.

- A É considerado crime desdenhar de pessoa idosa por qualquer motivo.

B Constitui crime o ato de negar a alguém emprego ou trabalho por motivo de idade.

C É crime lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, com ou sem a devida representação legal.

D É crime a retenção de cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida.

E Coagir idoso, de qualquer modo, a elaborar testamento é considerado crime.

89. A Lei nº. 5.553, de 1968, resguarda os direitos dos cidadãos quanto à posse de seus documentos pessoais de identificação, os quais são garantias do exercício de direitos. Por força dessa lei:

A é vedada a apreensão de documentos originais, porém é permitida a retenção daqueles apresentados em fotocópias autenticadas, na medida em que estes não possuem valor legal.

B a retenção de documentos de identificação pessoal constituirá contravenção penal, mas apenas quando praticada por autoridade pública, sendo um irrelevante penal a conduta quando praticada por particular.

C as limitações constantes da lei somente se referem a documentos que contenham a fotografia do titular, pois apenas estes são válidos como documentos de identificação.

D nos termos da lei, a autoridade policial deve reter documento que, por mau estado de conservação, torne incerta a veracidade dos dados dele constantes, fazendo instaurar investigação sobre possível crime de uso de documento falso.

E é lícito condicionar a entrada de pessoas em prédios públicos à apresentação de documento de identificação, mas o documento deve ser imediatamente restituído após conferência ou anotação dos dados.

90. A Lei nº 12.737/2012, também conhecida como Lei dos Crimes Cibernéticos, dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. O artigo 154-A dessa lei diz: “Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa”. A redação desse artigo mostra a intenção do legislador de tutelar valores protegidos constitucionalmente. Qual o bem jurídico protegido pelo artigo 154-A da Lei de Crimes Cibernéticos?

- A Segurança dos dados.

- B Dispositivos informáticos.
- C Rede de computadores.
- D Privacidade.
- E Livre acesso à informação.

PROVA DISCURSIVA

- A prova deverá ser feita com caneta esferográfica fabricada em material transparente, de tinta preta (preferencialmente) ou azul, com grafia legível, a fim de não prejudicar o seu desempenho quando da correção pela Banca Examinadora, não sendo permitida a interferência e a participação de terceiros, salvo o caso em que o candidato tenha solicitado condição especial para a realização das provas;
- A prova discursiva receberá pontuação máxima igual a 10,00 (dez) pontos;
- A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero).

Leia, com atenção, os textos a seguir:

O maior desafio brasileiro na atenção ao envelhecimento populacional reside na implementação das políticas públicas, que padecem de graves problemas estruturais e resultam na crescente judicialização da saúde e da assistência social. O Estatuto do Idoso, não obstante represente um moderno microsistema legislativo e, embora recentemente tenha albergado prioridade absoluta aos maiores de 80 anos, não é suficiente para garantir a implementação dos direitos fundamentais desse segmento populacional.

O poder público, juntamente com a família e a sociedade, é responsável pelo amparo à pessoa idosa, assegurando-lhe participação na comunidade, defendendo sua integridade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida, entre tantos outros direitos que lhe devem ser prioritariamente efetivados e protegidos. A dignidade da pessoa humana deve sempre ser defendida de forma intransigente, como um princípio fundamental do Estado democrático de direito. O desrespeito a qualquer dos direitos sociais do idoso – educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, assistência aos desamparados, constitucionalmente protegidos – configura forma de violência contra a pessoa idosa. [...]

O desafio de envelhecer no Brasil. Disponível em: <https://www.gauchazh.clicrbs.com.br>



Cartunista Bier

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Desafios do envelhecimento populacional no Brasil.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90										

Gabarito

Simulado – Polícia Militar do Rio Grande do Norte

NÍVEL SUPERIOR

Aluno Oficial PM																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	A	B	D	B	B	E	E	C	C	B	D	B	D	E	A	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	C	B	E	B	A	D	B	C	E	E	E	C	E	D	E	C	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	B	C	C	A	A	D	D	C	A	D	C	E	B	B	A	A	E	E	E
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
E	D	B	E	E	B	A	E	D	B	A	D	E	A	E	B	E	B	D	C
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90										
D	A	B	E	D	D	D	C	E	D										

Modelo de Redação

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os indivíduos são iguais em dignidade e direitos. No entanto, tal premissa não é verificada na realidade brasileira, uma vez que a dificuldade do envelhecimento na população no território brasileiro, uma vez que os idosos não são tratados com os direitos que pertencem, todavia, tendo um péssimo atendimento a saúde. Nesse sentido, observa-se um delicado problema, que tem como causas a ineficiência governamental e a má influência midiática.

Sob esse viés, pode-se apontar como um fator determinante é a falta de ação política. Para Thomas Hobbes, O estado é responsável por garantir o bem-estar dos cidadãos. Porém, tal responsabilidade não está sendo honrada quanto ao problema do envelhecimento na sociedade do país, visto que o governo falha em oferecer uma saúde de qualidade para os idosos. Com isso, o governo falhando em investimento para as melhorias nos hospitais, muitos idosos não aguentam e acaba morrendo. Assim, para que tal bem-estar seja usufruído, o Estado precisa sair da inércia em que se encontra.

Ademais, outro fator determinante é a falta de responsabilidade da mídia. Conforme Bourdieu, a mídia foi criada para a democracia e não para opressão. Contudo, ela tem se mostrado opressora quanto ao desafio do envelhecimento dos cidadãos no Brasil, já que as mídias não mostram a má qualidade da saúde em hospitais e no postinho de saúde. Com tudo, as mídias em massa não mostrando realidade do Brasil e a falta de investimento na área da saúde, a população fica desinformada sobre o acontecimento. Dessa maneira, é necessária uma postura mais democraticamente responsável da mídia para superar o problema.

Portanto, medidas são necessárias para resolver o impasse. Para isso, o governo deve investir mais na área da saúde, por meio de destinação de verbas, a fim de reverter a inércia estatal que afeta o tema. Tal ação pode, ainda, conter consultas públicas para entender as reais necessidades da população. Dessa forma, o Brasil poderá visualizar dados melhores acerca da questão.